

NOVOS SERVIDORES TÊM ESTABILIDADE AMEAÇADA

Decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal gerou uma onda de insatisfações ao permitir o fim do Regime Jurídico Único (RJU) no serviço público. A partir de agora, a admissão de funcionários, com exceção das carreiras de Estado, pode ser feita pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e outros regimes, abrindo espaço para novas configurações de carreira na administração direta. Nesse cenário, entidades e parlamentares buscam assinaturas para protocolar uma Proposta de Emenda à Constituição contra a flexibilização. Confira o posicionamento do governo, de especialistas e concurseiros.

PÁGINAS 2 A 4

